

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar, doravante denominada “Visão Prev”, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, autorizada a funcionar pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social através da Portaria nº 123, de 07/10/2004, publicada no D.O.U. de 08/10/2004, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos atualmente administrados pela Visão Prev são oriundos de contribuições de patrocinadoras, participantes e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios.

A Entidade tem por finalidade, através dos planos de benefícios abaixo, assegurar aos funcionários, diretores e membros do Conselho de Administração do Telefônica Brasil S.A. e de suas pessoas jurídicas vinculadas (patrocinadoras) complementação de proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária, de acordo com o correspondente plano.

PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	MODALIDADE ⁽¹⁾	PATROCINADORA (S)
Visão Multi	2009.0008-38	CD	Fundação Telefônica Innoweb LTDA Media Networks Brasil Soluções Digitais LTDA Pop Internet LTDA SP Telecomunicações Participações LTDA Telefônica Brasil S.A Telefônica Corretora de Seguros LTDA Telefônica Data S.A Telefônica Inteligência e Segurança Brasil LTDA Telefônica On The Spot Soluções Digitais do Brasil LTDA

PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	MODALIDADE ⁽¹⁾	PATROCINADORA (S)
Visão Multi	2009.0008-38	CD	Telxius Cable Brasil LTDA Terra Networks Brasil S/A Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar
Telefônica BD	2000.0017-18	BD	Telefônica Brasil S.A
TCO Prev	2000.0071-47	CV	Telefônica Brasil S.A
Visão Telefônica	2011.0019-19	CD	Fundação Telefônica Media Networks Brasil Soluções Digitais LTDA SP Telecomunicações Participações LTDA Telefônica Brasil S.A Telefônica Data S.A. Telefônica Serviços Empresariais do Brasil LTDA Telefônica Transportes e Logística LTDA Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar
Previsão	2014.0018-47	CD	Fundação Telefônica Media Networks Brasil Soluções Digitais LTDA SP Telecomunicações Participações LTDA Telefônica Brasil S.A Telefônica Corretora de Seguros LTDA Telefônica Data S.A. Telefônica On The Spot Soluções Digitais do Brasil LTDA Telefônica Serviços Empresariais do Brasil LTDA Telefônica Transportes e Logística LTDA Telxius Cable Brasil Ltda Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar

(1) Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.



Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

Modalidade dos Planos	Patrimônio	%	Quantidade de Planos
Contribuição Definida	5.164.203	92,02%	3
Benefício Definido	393.924	7,02%	1
Contribuição Variável	54.011	0,96%	1
TOTAL	5.612.138	100%	5

O quadro de participantes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 apresenta a seguinte posição:

PLANO	Idade Média 2016	Ativos		Assistidos ⁽¹⁾				Total			
		Particip.	Particip.	2016		2015		2016		2015	
				Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.
Visão Multi	35	4.033	2.536	30	1	24	-	4.063	1	2.560	-
Telefônica BD	61	60	58	448	46	454	33	508	46	512	33
TCO Prev	50	43	51	28	4	26	4	71	4	77	4
Visão Telefônica	48	8.869	9.872	4.821	183	4.746	170	13.690	183	14.618	170
PreVisão	62	-	-	445	2	449	1	445	2	449	1
TOTAL	46	13.005	12.517	5.772	236	5.699	208	18.777	236	18.216	208

(1) Incluem pensionistas.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão

das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum a ambas, segundo a natureza e a finalidade das transações.

- Gestão Previdencial – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- Gestão Administrativa – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- Investimentos – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizadas de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota 14).

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC aprovou a incorporação dos Planos: PBS Telemig pelo Plano Telefônica BD, Visão Terra pelo Plano Visão Multi, Visão T-Gestiona e Vivo Prev pelo plano Visão Telefônica, publicada no Diário Oficial da União – DOU, conforme portarias:

- Nº. 712, de 28 de dezembro de 2015 – Incorporação do Plano PBS Telemig Celular - CNPB nº 2000.0016-29, pelo Plano de Benefícios Telefônica BD, CNPB nº 2000.0017-18, ambos administrados pela Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar
- Nº. 504, de 19 de outubro de 2016 – Incorporação do Plano de benefícios Visão Terra – CNPB nº 2008.0025-19, pelo Plano de benefícios Visão Multi – CNPB nº 2009.0008-38, ambos administrados pela Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar;

– Nº. 50.007, de 09 de dezembro de 2016 – Incorporação do Plano de Benefícios Visão T-Gestiona – CNPB nº 2001.0025-56 e do Plano de Benefícios Vivo Prev – CNPB nº 2007.0018-29, pelo Plano de Benefícios Visão Telefônica – CNPB nº 2011.0019-19, ambos administrados pela Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar;

Os saldos dos Planos incorporados, citados acima, foram registrados na rubrica “Operações Transitórias”.

a) Demonstrações dos Planos Incorporados

Para fins de comparabilidade, os quadros abaixo, bem como as notas explicativas destas demonstrações contábeis, foram ajustados para refletir o efeito da incorporação dos seguintes planos: PBS Telemig pelo Plano Telefônica BD, Visão Terra pelo Plano Visão Multi, Visão T-Gestiona e Vivo Prev pelo plano Visão Telefônica.

INCORPORAÇÃO DO PLANO PBS TELEMIG NO PLANO TELEFÔNICA BD - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2015		
	Telefônica BD	PBS Telemig (Incorporado)	Telefônica BD
Disponível	3	3	6
Realizável	230.532	169.474	400.006
Gestão Previdencial	13.173	564	13.737
Gestão Administrativa	1.909	146	2.055
Investimentos	215.450	168.764	384.214
Fundos de Investimento	213.091	168.491	381.582
Empréstimos	834	271	1.105
Depósitos Judiciais/Rekursais	1.525	2	1.527
Permanente	-	27	50
Imobilizado	20	12	32
Intangível	3	2	5
Diferido	-	13	13
TOTAL DO ATIVO	230.558	169.504	400.062

PASSIVO	2015		
	Telefônica BD	PBS Telemig (Incorporado)	Telefônica BD
Exigível Operacional	1.963	185	2.148
Gestão Previdencial	587	124	711
Gestão Administrativa	259	61	320
Investimentos	1.117	-	1.117
Exigível Contingencial	35.699	5.300	40.999
Gestão Previdencial	31.556	4.361	35.917
Gestão Administrativa	2.184	721	2.905
Investimentos	1.959	218	2.177
Patrimônio Social	192.896	164.019	356.915
Patrimônio de Cobertura do Plano	169.803	160.987	330.790
Provisões Matemáticas	160.432	100.564	260.996
Benefícios Concedidos	158.855	86.613	245.468
Benefícios a Conceder	1.577	13.951	15.528
Equilíbrio Técnico	9.371	60.423	69.794
Resultados Realizados	9.371	60.423	69.794
Superávit Técnico Acumulado	9.371	60.423	69.794
Fundos	23.093	3.032	26.125
Fundos Previdenciais	5.406	-	5.406
Fundos Administrativos	16.912	2.059	18.971
Fundos dos Investimentos	775	973	1.748
TOTAL DO PASSIVO	230.558	169.504	400.062

INCORPORAÇÃO DO PLANO VISÃO TERRA NO PLANO VISÃO MULTI - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2015		
	Visão Multi	Visão Terra (Incorporado)	Visão Multi
Disponível	34	2	36
Realizável	33.019	23.828	56.847
Gestão Previdencial	114	33	147
Gestão Administrativa	139	102	241
Investimentos	32.766	23.693	56.459
Fundos de Investimento	32.527	23.377	55.904
Empréstimos	239	316	555
Permanente	-	1	1
Imobilizado	-	1	1
TOTAL DO ATIVO	33.053	23.831	56.884

PASSIVO	2015		
	Visão Multi	Visão Terra (Incorporado)	Visão Multi
Exigível Operacional	239	205	444
Gestão Previdencial	14	147	161
Gestão Administrativa	225	58	283
Exigível Contingencial	119	99	218
Gestão Administrativa	119	99	218
Patrimônio Social	32.695	23.527	56.222
Patrimônio de Cobertura do Plano	31.407	22.761	54.168
Provisões Matemáticas	31.322	22.533	53.855
Benefícios Concedidos	4.095	1.597	5.692
Benefícios a Conceder	27.227	20.936	48.163
Equilíbrio Técnico	85	228	313
Resultados Realizados	85	228	313
Superávit Técnico Acumulado	85	228	313
Fundos	1.288	766	2.054
Fundos Previdenciais	395	472	867
Fundos Administrativos	891	287	1.178
Fundos dos Investimentos	2	7	9
TOTAL DO PASSIVO	33.053	23.831	56.884

INCORPORAÇÕES DOS PLANOS VISÃO T-GESTIONA E VIVO PREV NO PLANO VISÃO TELEFÔNICA - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2015			
	Visão Telefônica	T-Gestiona (Incorporado)	Vivo Prev (Incorporado)	Visão Telefônica
Disponível	262	19	48	329
Realizável	3.129.603	191.686	909.323	4.230.612
Gestão Previdencial	89	-	9	98
Gestão Administrativa	15.833	1.411	1.574	18.818
Investimentos	3.113.681	190.275	907.740	4.211.696
Fundos de Investimento	3.051.060	186.590	883.337	4.120.987
Empréstimos	30.209	1.278	24.403	55.890
Depósitos Judiciais/Recursais	30.930	2.407	-	33.337
Outros Realizáveis	1.482	-	-	1.482
Permanente	456	32	92	580
Imobilizado	384	27	88	499
Intangível	59	5	4	68
Diferido	13	-	-	13
TOTAL DO ATIVO	3.130.321	191.737	909.463	4.231.521

PASSIVO	2015			
	Visão Telefônica	T-Gestiona (Incorporado)	Vivo Prev (Incorporado)	Visão Telefônica
Exigível Operacional	5.965	454	1.981	8.400
Gestão Previdencial	2.856	210	1.137	4.203
Gestão Administrativa	2.811	244	833	3.888
Investimentos	298	-	11	309
Exigível Contingencial	55.466	3.814	1.503	60.783
Gestão Previdencial	447	-	-	447
Gestão Administrativa	15.901	1.407	1.503	18.811
Investimentos	39.118	2.407	-	41.525
Patrimônio Social	3.068.890	187.469	905.979	4.162.338
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.913.297	161.735	889.583	3.964.615
Provisões Matemáticas	2.910.805	161.550	887.365	3.959.720
Benefícios Concedidos	1.802.244	119.699	260.009	2.181.952
Benefícios a Conceder	1.108.561	41.851	627.356	1.777.768
Equilíbrio Técnico	2.492	185	2.218	4.895
Resultados Realizados	2.492	185	2.218	4.895
Superávit Técnico Acumulado	2.492	185	2.218	4.895
Fundos	155.593	25.734	16.396	197.723
Fundos Previdenciais	17.795	12.954	9.781	40.530
Fundos Administrativos	118.845	11.487	2.588	132.920
Fundos dos Investimentos	18.953	1.293	4.027	24.273
TOTAL DO PASSIVO	3.130.321	191.737	909.463	4.231.521

**INCORPORAÇÃO DO PLANO PBS TELEMIG NO PLANO TELEFÔNICA BD -
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO**

DESCRIÇÃO	2015		
	Telefônica BD	PBS Telemig (Incorporado)	Telefônica BD
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	157.758	144.348	302.106
1. ADIÇÕES	25.405	25.554	50.959
(+) Contribuições Previdenciais	21	1.554	1.575
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	25.375	23.965	49.340
(+) Receitas Administrativas	9	35	44
2. DESTINAÇÕES	(11.591)	(5.732)	(17.323)
(-) Benefícios	(10.904)	(5.679)	(16.583)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(687)	(53)	(740)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)	13.814	19.822	33.636
(+/-) Provisões Matemáticas	12.460	9.006	21.466
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.063)	10.781	8.718
(+/-) Fundos Previdenciais	3.408	-	3.408
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	18.525	-	18.525
(+/-) Operações Transitórias	18.525	-	18.525
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	190.097	164.170	354.267

**INCORPORAÇÃO DO PLANO VISÃO TERRA NO PLANO VISÃO MULTI -
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO**

DESCRIÇÃO	2015		
	Visão Multi	Visão Terra (Incorporado)	Visão Multi
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	7.388	21.683	29.071
1. ADIÇÕES	11.104	3.963	15.067
(+) Contribuições Previdenciais	8.207	1.724	9.931
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.383	1.971	3.354
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	-
(+) Receitas Administrativas	1.514	268	1.782
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	-	-
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	-	-
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	-	-	-
2. DESTINAÇÕES	(804)	(1.860)	(2.664)
(-) Benefícios	(804)	(1.860)	(2.664)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	-
(-) Despesas Administrativas	-	-	-
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	-	-
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	-	-	-
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)	10.300	2.103	12.403
(+/-) Provisões Matemáticas	8.588	2.754	11.342
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	39	131	170
(+/-) Fundos Previdenciais	159	(1.050)	(891)
(+/-) Fundos Administrativos	-	-	-
(+/-) Fundos dos Investimentos	-	-	-
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	15.934	-	15.934
(+/-) Operações Transitórias	15.934	-	15.934
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	33.622	23.786	57.408

INCORPORAÇÕES DOS PLANOS VISÃO T-GESTIONA E VIVO PREV NO PLANO VISÃO TELEFÔNICA - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	2015			
	Visão Telefônica	T-Gestiona (Incorporado)	Vivo Prev (Incorporado)	Visão Telefônica
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	3.180.764	212.463	895.101	4.288.328
1. ADIÇÕES	337.242	19.728	136.375	493.345
(+) Contribuições Previdenciais	39.083	752	42.601	82.436
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	296.609	18.812	90.226	405.647
(+) Receitas Administrativas	1.550	164	3.548	5.262
2. DESTINAÇÕES	(492.294)	(42.550)	(121.266)	(656.110)
(-) Benefícios	(492.284)	(42.550)	(121.266)	(656.100)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(10)	-	-	(10)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)	(155.052)	(22.822)	15.109	(162.765)
(+/-) Provisões Matemáticas	(139.713)	(24.377)	20.649	(143.441)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.021)	85	(694)	(1.630)
(+/-) Fundos Previdenciais	(15.868)	1.306	(8.393)	(22.955)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	53.656	-	-	53.656
(+/-) Operações Transitórias	53.656	-	-	53.656
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	3.079.368	189.641	910.210	4.179.219

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidos em:

a) Ativo Realizável

– Gestão Previdencial – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, bem como depósitos judiciais/recursais realizados relativos as contingências da Gestão Previdencial.

– Gestão Administrativa – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.

– Investimentos – As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN), através da Resolução BACEN nº. 3792, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores, bem como com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Ações e Fundos de Investimento.

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

a. Títulos para negociação – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;

b. Títulos mantidos até o vencimento – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da Entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Empréstimos

São operações com participantes devidamente autorizadas pela Política de Investimentos e Regulamento dos Empréstimos, seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária. O sistema de controles internos dessas operações permite identificar os tomadores e os saldos atualizados individualmente.

Os empréstimos a participantes são atualizados pelo Índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescido de juros, conforme tabela abaixo:

PERÍODO	Taxa de Concessão	Taxa de Administração
Até 02/2011	CDI ou INPC+5,0% (o que for maior)	1,5% a.a.
Março/2011 até 17/10/2012	INPC+ 6,0% a.a.	0,5% a.a.
23/10/2012 até Dezembro/2012	INPC+ 5,5% a.a.	0,5% a.a.
Janeiro/2013 até Junho/2013	INPC+ 4,5% a.a.	0,5% a.a.
Julho/2013 até Setembro/2013	INPC+ 5,0% a.a.	0,5% a.a.
Outubro até Novembro/2013	INPC+ 5,5% a.a.	0,5% a.a.
Dezembro/2013 até Fevereiro/2014	INPC+ 6,0% a.a.	0,5% a.a.
Março/2014 até Agosto/2015	INPC+ 6,6% a.a.	0,5% a.a.
Setembro/2015 até Outubro/2016	INPC+ 7,5% a.a.	0,5% a.a.
Novembro/2016 até Atual	INPC+ 7,5% a.a.	1,0% a.a.

III. Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendos, adotando-se os seguintes percentuais (Nota 6):

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e
- 100% para atrasos superiores a 360 dias.

b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado e intangível, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, tendo como contrapartida a conta de despesa do Plano de Gestão Administrativa – PGA (Nota 7).

DESCRIÇÃO	Taxa de Depreciação %
Aparelhos Cinematográficos	15%
Aparelhos Telefônicos	20% e 50%
Benfeitorias Imóveis Terceiros	20%
Computadores e Periféricos	20% e 50%
Fomento (Gastos Pré Operacionais)	20%
Imóveis	3,33%
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Software	20%
Veículos	20%
Ventiladores e Refrigeradores	25%

As normas específicas desse procedimento estão definidas na instrução nº34, de 24 de setembro de 2009, no anexo A - item 19, considerando as alterações posteriores a essas, onde os principais itens são:

I. Os imóveis devem ser registrados pelo custo de aquisição, incluindo honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre a operação;

II. As avaliações imobiliárias devem ser realizadas pelo menos a cada três anos;

III. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deve ser contabilizado, de uma única vez, em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

d) Exigível Contingencial

Decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências serão apurados conforme os termos das decisões e quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de passivos contingentes a Entidade utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme definições a seguir:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões (100%);
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados (0%), exceto para ações tributárias que os valores estão provisionados de acordo com o objeto; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação (0%).

e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas dos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano, a Visão Prev utiliza o seguinte critério:

- Receitas: alocadas diretamente a cada plano que as originou;
- Despesas Específicas: alocadas diretamente ao plano que as originou;
- Despesas Comuns: utilização de critério de rateio que leva em consideração a identificação da despesa por centro de custo, investimento ou previdencial.

f) Patrimônio Social

O Patrimônio Social consiste do acúmulo de recursos oriundos de seus participantes e patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados aos Plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

g) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- Contingências: as probabilidades de êxito e valores econômicos são informadas pelos consultores jurídicos e pela área jurídica da Visão Prev.
- Provisões matemáticas: calculadas atuarialmente por profissional responsável pelos Planos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

h) Impostos

I. Imposto de Renda

- Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.
- Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

II. PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

i) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto as contribuições de autopatrocinados dos planos, que são registradas pelo regime de caixa.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Gestão Previdencial e Investimentos:** são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial e na Gestão Administrativa – Administração de Investimentos, sendo que os custos comuns são rateados para cada gestão, e custeados através de contribuições das Patrocinadoras e por transferência de rentabilidade dos Investimentos.

Seguem abaixo as despesas custeadas pelos Investimentos por plano de benefícios posicionadas em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

Planos	31/12/2016	31/12/2015
Visão T-Gestiona	12	5
Vivo Prev	57	25
Visão Multi	3	1
Telefônica BD	20	6
TCO Prev	3	2
Visão Terra	1	1
PBS Telemig Celular	2	5
Visão Telefônica	193	91
TVA	-	1
Previsão	22	11
TOTAL	313	148

As despesas acima, referem-se basicamente a: CETIP, Custo Selic, Taxa de Custódia, Taxa Bovespa, Tarifa de Liquidação Financeira e Comissão de Valores Mobiliários.

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

a) Gestão Previdencial

Plano	2016						TOTAL	2015 ^(*)
	Contribuições a Receber ⁽¹⁾	Depósitos Judiciais - Esfera trabalhistas ⁽²⁾	Despesas referente a esfera trabalhista ⁽³⁾	Adiantamento	Outros valores ⁽⁴⁾	TOTAL		
Visão Multi	69	-	-	-	-	69	147	
Telefônica BD	4	12.975	140	17	602	13.738	13.737	
TCO Prev	-	276	-	1	-	277	258	
Visão Telefônica	35	-	-	2	-	37	98	
TOTAL	108	13.251	140	20	602	14.121	14.240	

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

(1) Refere-se a valores de participantes e patrocinadoras a receber.

(2) Refere-se basicamente a processos de participantes que ingressam na justiça pleiteando a correção da reserva de poupança referente aos expurgos inflacionários dos planos econômicos do Governo Federal.

(3) Refere-se a custas processuais e honorários periciais referente aos processos de expurgo inflacionário.

(4) Refere-se a levantamento judicial de ex-participante.

I. Esfera Trabalhista

Plano	2015	Atualização	Constituição	(Reversão)	2016
Telefônica BD	13.129	254	5.080	(5.348)	13.115
TCO Prev	258	15	3	-	276
Visão Telefônica	16	-	-	(16)	-
TOTAL	13.403	269	5.083	(5.364)	13.391

b) Gestão Administrativa

Plano	2016						TOTAL	2015 ^(*)
	Provisão de Folha Administrativa ⁽¹⁾	Responsabilidade de Terceiros ⁽²⁾	Contribuição para custeio	Depósitos Judiciais - PIS/COFINS ⁽³⁾	Outros realizáveis ⁽⁴⁾	TOTAL		
Visão Multi	-	2	4	297	16	319	242	
Telefônica BD	2	9	-	2.546	10	2.567	2.055	
TCO Prev	-	1	-	179	5	185	169	
Visão Telefônica	16	94	-	22.557	927	23.594	18,818	
PreVisão	1	8	-	234	7	250	33	
TOTAL	19	114	4	25.813	965	26.915	21.317	

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

(1) Refere-se a adiantamento de folha administrativa.

(2) Serviço de terceiros e convênio médico/odontológico a serem amortizados.

(3) Refere-se ao processo de PIS/COFINS sobre as receitas administrativas e execução de planos de benefícios.

(4) Referem-se a: Reembolso de despesa com avaliação atuarial - 2011, R\$222; Depósito caução de imóvel, R\$ 125; Provisão de ciclo PIP, R\$ 600 e valores a receber de terceiros, R\$18.

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

A Administração, através da Política de Investimentos, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A Entidade mantém contrato com o Banco Bradesco S.A., pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e como responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos, no tocante às operações de renda fixa, investimentos estruturados e de renda variável.

Apresenta-se abaixo, o demonstrativo da composição consolidada da carteira de investimentos em 31 de dezembro 2016 e 2015.

Descrição	2016	2015
Fundos de Investimento	5.584.433	4.989.909
Referenciado	11.089	20.961
Renda Fixa	4.994.941	4.600.281
Ações	340.585	203.182
Multimercado	56.796	-
Direitos Creditórios	157.815	165.028
Participações	235	457
Investimentos no Exterior	22.972	-
Empréstimos e Financiamentos	57.181	59.126
Empréstimos e Financiamentos	57.181	59.126
Depósitos Judiciais ⁽¹⁾	36.959	34.863
Depósitos Judiciais	36.959	34.863
TOTAL	5.678.573	5.083.898

(1) Refere-se aos depósitos e atualizações do contingencial de investimentos (processos CPMF).

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira de investimentos da Entidade são registrados em conformidade com o disposto na Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução MPAS/CGPC nº 08, de 19 de junho de 2002.

l) Títulos para Negociação e Títulos Mantidos até o Vencimento

A Entidade mantém em sua carteira, títulos classificados nas categorias “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento”. Os títulos para negociação são aqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer na

data de aquisição e devem ser ajustados pelo valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais, balanços e demonstrativos de investimentos – DI. Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo, acrescidos dos respectivos rendimentos até a data do balanço.

Para a precificação dos títulos para negociação, são utilizadas as séries históricas dos respectivos indexadores, desde a data do início de incidência, informadas pelas fontes oficiais de divulgação (BACEN, IBGE, FGV, CETIP, e ANBIMA), as curvas futuras de mercado, disponibilizadas pela ANBIMA, ou as taxas referenciais para Swaps, informadas pela BM&F Bovespa, conforme o caso, e o risco de crédito dos ativos, utilizando as curvas de spread de crédito informado pelo custodiante, Banco BRADESCO S/A. Baseado nestas informações é calculado o valor de mercado do ativo, considerando os valores dos fluxos de caixa futuros, descontados a valor presente pelas curvas de juros de mercado e acrescendo ao spread de risco de crédito, conforme manual de precificação do custodiante.

Os estoques relativos a todos os fundos de investimentos, com exceção a carteira Visão Prev BD e Previsão, estão valorizados pelo valor de mercado tomando-se por base o valor nominal das respectivas quotas dos fundos, vigentes no último dia do mês das demonstrações contábeis.

Os títulos da carteira Visão Prev BD e Previsão estão classificados como mantidos até o vencimento, exceto parcela de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Entidade apresentava aplicações nos seguintes fundos:

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
07.205.215/0001-98	Visão Prev CD	Visão Prev	387,038558	11.915.456	4.611.757	4.087.116
07.205.215/0001-98	Visão Prev BD	Visão Prev	2,003333	190.048.781	380.732	361.491
07.205.215/0001-98	Visão Prev PGA	Visão Prev	133,808714	1.488.448	199.168	170.290
07.205.215/0001-98	Previsão	Visão Prev	128,617175	3.053.819	392.775	371.003
TOTAL					5.584.432	4.989.900

Abaixo segue a identificação dos perfis de investimentos e a rentabilidade das aplicações em 31 de dezembro de 2016:

2016	
Identificação dos Perfis de Investimentos	Rentabilidade das Aplicações
Super Conservador	14,70%
Conservador	15,26%
Moderado	22,56%
Agressivo	24,97%
Agressivo Renda Fixa Longo Prazo	31,80%
Previsão	13,58%

2016	
Segmento de Aplicação	Rentabilidade das Aplicações
Renda Fixa	17,08%
Renda Variável	27,02%
Empréstimos	16,30%
Exterior ⁽¹⁾	3,42%
Estruturados (Multimercado) ⁽²⁾	6,57%
Global	17,36%

(1) Início da aplicação 15/04/2016; (2) Início da aplicação 13/09/2016.

Abaixo segue o quadro de exposição ao risco das carteiras BD e CD em 31 de dezembro de 2016:

Benefício Definido - 31/12/2016

Indexador	Exposição (R\$)	%
Renda Fixa	380.732	100%
Caixa/ CDI	129.139	34%
SELIC	3.950	1%
IPCA	247.643	65%
TOTAL	380.732	100%

Contribuição Definido - 31/12/2016

Indexador	Exposição (R\$)	%
Renda Fixa	4.203.845	91,2%
Caixa/ CDI	471.756	10,2%
SELIC	86.027	1,9%
Cotas de fundos	225.651	4,9%
Pré	60.201	1,3%
IPCA	3.360.210	72,9%
Renda Variável	328.128	7,1%
Ações	328.128	7,1%
Estruturados	56.796	1,2%
Cotas de Fundos (multimercado)	56.796	1,2%
Exterior	22.972	0,5%
Cotas de Fundos (índice Bolsa)	22.972	0,5%
TOTAL	4.611.741	100%

Benefício Definido - 31/12/2015

Indexador	Exposição (R\$)	%
Renda Fixa	361.491	100%
Caixa/ CDI	60.365	17%
SELIC	3.465	-
Pré	68.360	19%
IPCA	229.301	63%
TOTAL	361.491	100%

Contribuição Definido - 31/12/2015

Indexador	Exposição (R\$)	%
Renda Fixa	3.909.282	96%
Caixa/ CDI	776.467	19%
SELIC	37.460	1%
Cotas de fundos	34.502	1%
Pré	8.522	-
IPCA	3.052.332	75%
Renda Variável	177.376	4%
Ações	177.376	4%
Estruturados	458	-
Cotas de Fundos (FIP)	458	-
TOTAL	4.087.116	100%

Abaixo segue o quadro de exposição ao risco das carteiras PGA e Previsão em 31 de dezembro de 2016:

PGA - 31/12/2016		
Indexador	Exposição (R\$)	%
Renda Fixa	199.168	100%
Caixa/CDI	4.570	2%
Pré	6.648	3%
IPCA	187.950	94%
TOTAL	199.168	100%

PGA - 31/12/2015		
Indexador	Exposição (R\$)	%
Renda Fixa	170.290	100%
Caixa/CDI	33.062	19%
Pré	4.377	3%
IPCA	132.852	78%
TOTAL	170.290	100%

Previsão - 31/12/2016		
Indexador	Exposição (R\$)	%
Renda Fixa	392.775	100%
Caixa/CDI	26.275	7%
IPCA	366.500	93%
TOTAL	392.775	100%

Previsão - 31/12/2015		
Indexador	Exposição (R\$)	%
Renda Fixa	371.003	100%
Caixa/CDI	23.650	6%
IPCA	347.353	94%
TOTAL	371.003	100%

A diferença referente ao valor de R\$ 17 comparado a nota explicativa "6 - a) Composição dos investimentos" é proveniente dos valores de caixa não relacionados na nota supramencionada, uma vez que é demonstrado apenas os valores aplicados.

A seguir estão apresentadas as aplicações dos fundos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

A Entidade realizou a segregação da Renda Fixa dos perfis, adequando para cada perfil de investimento níveis de risco diferenciados, conforme segue a abertura da composição de cada fundo:

VISÃO PREV BD

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
12.636.386/0001-01	Bradesco Mirante ALM FI RF	Bradesco Asset	138,6900	2.745.205	380.733	185.964
20.077.538/0001-01	BNP PARIBAS ALM FI RF	BNP Paribas Asset	-	-	-	175.528
Outros					(1)	(1)
TOTAL					380.732	361.491

VISÃO PREV CD

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
03.079.923/0001-79	FI RF VISÃO PREV II	ITAÚ ASSET	819,6182	288.351	236.338	152.598
08.035.716/0001-36	FIC FIA IBRX MIRANTE	VISÃO PREV	1,9636	173.450.763	340.585	203.182
04.155.033/0001-61	FIC FI RF MIRANTE CONSERVADOR	VISÃO PREV	8,3858	243.758.913	2.044.107	1.996.670
18.936.232/0001-11	VOTORANTIM MIRANTE QUINTO PERFIL FI RF	VOTORANTIM ASSET	143,6480	828.947	119.077	146.893
18.936.235/0001-55	SANTANDER MIRANTE QUINTO PERFIL FI RF	SANTANDER ASSET	143,4667	1.586.915	227.669	158.089
20.077.759/0001-80	FIC FI RF MIRANTE MODERADO	VISÃO PREV	8,7470	140.715.586	1.230.839	1.100.328
20.077.776/0001-17	FICFI RF MIRANTE AGRESSIVO	VISÃO PREV	8,8695	19.204.578	170.336	164.855
18.073.282/0001-12	MELLON GTD FIP	MELLON	-	-	-	458
06.182.371/0001-18	FOR-TE FIDC	VISÃO PREV	3,0036	50.711.147	152.314	148.537
09.577.447/0001-00	SANTANDER FUNDO DE INVEST SOBERANO	SANTANDER ASSET	22,5309	465.587	10.490	15.513
06.041.290/0001-06	BNY ME ARX EXTRA FIM	VISÃO PREV	7,6513	3.743.746	28.644	-
10.347.249/0001-21	SAFRA GALILEO FIM	VISÃO PREV	366,3655	76.841	28.152	-
19.909.560/0001-91	ISHARES S&P 500 IE	VISÃO PREV	75,9600	302.420	22.972	-
Outros					234	(7)
TOTAL					4.611.757	4.087.116

VISÃO PREV PGA

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
23.732.198/0001-01	FI RF ITAÚ VP PGA	ITAÚ ASSET	809,393591	244.427	197.837	-
03.079.923/0001-79	FI RF VISÃO PREV II	ITAÚ ASSET	-	-	-	161.391
06.182.371/0001-18	FOR-TE FIDC	VISÃO PREV	3,0035566	288.187	865	7.288
09.577.447/0001-00	SANTANDER FUNDO DE INVEST SOBERANO	SANTANDER ASSET	22,5309331	20.649	465	1.611
TOTAL					199.168	170.290

PREVISÃO

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
21.595.984/0001-70	FI RF PREVISAO I	BRADERCO	129,823888	1.494.167	193.979	178.980
21.596.641/0001-20	FI RF PREVISAO II	SANTANDER	129,868803	1.494.018	194.027	178.985
06.182.371/0001-18	FOR-TE FIDC	VISÃO PREV	3,0035566	1.543.518	4.636	9.203
09.577.447/0001-00	SANTANDER FUNDO DE INVEST SOBERANO	SANTANDER ASSET	22.5309331	5.950	134	3.836
Outros					(1)	(1)
TOTAL					392.775	371.003

FI RF VISÃO PREV II

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
03.079.923/0001-79	FI RF VISÃO PREV II	ITAÚ ASSET	819,6182	288.351	236.338	314.000
Outros						(11)
TOTAL					236.338	313.988

FIC FIA IBRX MIRANTE

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
04.291.412/0001-89	BNP FIA MIRANT IBRX	BNP PARIBAS	-	-	-	12.905
04.293.090/0001-07	BRAD FIR MIRANTE IBX	BRADESCO	698,4031	118.328	82.641	32.319
11.575.486/0001-02	FIA MIRANTE AÇ VALOR	ARX	1,5295	32.435.289	49.609	27.181
04.282.996/0001-26	QUEST MIRANTE FIA S	QUEST	71,2516	489.554	34.881	26.176
12.636.498/0001-62	MIRANTE FIA VALOR II	GÁVEA	-	-	-	27.178
04.299.355/0001-84	SANTANDER FIA MIRANT	SANTANDER	6.411,2622	14.660	93.988	50.637
22.128.289/0001-61	ATMOS IN FICFIA PREV	ATMOS	125,0877	635.337	79.473	26.791
Outros					(7)	(5)
TOTAL					340.585	203.182

FIC FI RF MIRANTE CONSERVADOR

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
04.118.084/0001-13	FI VT MIRANTE RF	VOTORANTIM ASSET	-	-	-	376.824
03.366.035/0001-37	ITAU MIRANTE RF FI	ITAU ASSET	-	-	-	127.391
03.497.804/0001-36	SANTANDER FI INST RF	SANTANDER ASSET	-	-	-	30.745
19.587.159/0001-82	BNP MIRANTE RF FI	BNP PARIBAS ASSET	-	-	-	39.444
19.602.288/0001-00	BRAD FI RF MIRANTE	BRADESCO ASSET	-	-	-	3.174
20.726.061/0001-48	FI RF VISÃO PREV ITA	ITAU ASSET	1,99	231.571.217	461.283	329.504
20.726.076/0001-06	FI RF VISÃO PREV BRA	BRADESCO ASSET	2,01	145.138.640	291.179	256.655
20.726.096/0001-87	FI RF VISÃO PREV VOT	VOTORANTIM ASSET	1,99	385.874.267	769.704	68.488
20.726.112/0001-31	FI RF VISÃO PREV BNP	BNP PARIBAS ASSET	-	-	-	268.159
20.726.130/0001-13	FI RF VISÃO PREV SAN	SANTANDER ASSET	2,00	261.135.479	521.960	496.296
Outros					(19)	(10)
TOTAL					2.044.107	1.996.670

VOTORANTIM MIRANTE QUINTO PERFIL FI RF

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
18.936.232/0001-11	VOTORANTIM MIRANTE QUINTO PERFIL FI RF	VOTORANTIM ASSET	143,6480	828.947	119.077	146.893
TOTAL					119.077	146.893

SANTANDER MIRANTE QUINTO PERFIL FI RF

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
18.936.235/0001-55	SANTANDER MIRANTE QUINTO PERFIL FI RF	SANTANDER ASSET	143,4667	1.586.915	227.669	158.089
TOTAL					227.669	158.089

FIC FI RF MIRANTE MODERADO

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
04.118.084/0001-13	FI VT MIRANTE RF	VOTORANTIM ASSET	840,9230983	239.466	201.373	192.303
03.366.035/0001-37	ITAU MIRANTE RF FI	ITAU ASSET	83,9028579	961.416	80.666	93.543
03.497.804/0001-36	SANTANDER FI INST RF	SANTANDER ASSET	8412,26989	41.111	345.833	244.252
19.587.159/0001-82	BNP MIRANTE RF FI	BNP PARIBAS ASSET	-	-	-	21.099
19.602.288/0001-00	BRAD FI RF MIRANTE	BRADERSCO ASSET	150,1077146	1.414.905	212.388	167.993
20.726.061/0001-48	FI RF VISÃO PREV ITA	ITAU ASSET	1,9919718	49.317.577	98.239	75.735
20.726.076/0001-06	FI RF VISÃO PREV BRA	BRADERSCO ASSET	2,0062102	54.038.626	108.413	112.941
20.726.096/0001-87	FI RF VISÃO PREV VOT	VOTORANTIM ASSET	1,9947017	30.423.788	60.686	21.743
20.726.112/0001-31	FI RF VISÃO PREV BNP	BNP PARIBAS ASSET	-	-	-	68.627
20.726.130/0001-13	FI RF VISÃO PREV SAN	SANTANDER ASSET	1,9988102	61.665.192	123.257	102.099
Outros					(16)	(7)
TOTAL					1.230.839	1.100.328

FIC FI RF MIRANTE AGRESSIVO

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
04.118.084/0001-13	FI VT MIRANTE RF	VOTORANTIM ASSET	840,9230983	42.598	35.822	37.358
03.366.035/0001-37	ITAU MIRANTE RF FI	ITAU ASSET	83,9028579	205.919	17.277	25.912
03.497.804/0001-36	SANTANDER FI INST RF	SANTANDER ASSET	8412,26989	992	8.343	4.664
19.587.159/0001-82	BNP MIRANTE RF FI	BNP MIRANTE ASSET	-	-	-	2.992
19.602.288/0001-00	BRAD FI RF MIRANTE	BRDESCO ASSET	150,1077146	708.823	106.400	91.301
20.726.061/0001-48	FI RF VISÃO PREV ITA	ITAU ASSET	1,9919718	394.821	786	625
20.726.076/0001-06	FI RF VISÃO PREV BRA	BRDESCO ASSET	2,0062102	95.598	192	358
20.726.096/0001-87	FI RF VISÃO PREV VOT	VOTORANTIM ASSET	1,9947017	289.494	577	382
20.726.112/0001-31	FI RF VISÃO PREV BNP	BNP MIRANTE ASSET	-	-	-	514
20.726.130/0001-13	FI RF VISÃO PREV SAN	SANTANDER ASSET	1,9988102	472.751	945	752
Outros					(6)	(3)
TOTAL					170.336	164.855

MELLON GTD FIP

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
18.073.282/0001-12	MELLON GTD FIP	MELLON	-	-	-	458
TOTAL					-	458

FOR-TE FIDC

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
06.182.371/0001-18	FOR-TE FIDC	VISÃO PREV	3,0036	52.542.852	157.815	165.028
TOTAL					157.815	165.028

SANTANDER SOBERANO

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
09.577.447/0001-00	SANTANDER FI SOBERANO	SANTANDER ASSET	22,5309331	492.187	11.089	20.961
TOTAL					11.089	20.961

BNY ME ARX EXTRA FIM

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
06.041.290/0001-06	BNY ME ARX EXTRA FIM	VISÃO PREV	7,6513	3.743.746	28.644	-
TOTAL					28.644	-

SAFRA GALILEO FIM

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
10.347.249/0001-21	SAFRA GALILEO FIM	VISÃO PREV	366,3655	76.841	28.152	-
TOTAL					28.152	-

ISHARES S&P 500 IE

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
19.909.560/0001-91	ISHARES S&P 500 IE	VISÃO PREV	75,9600	302.420	22.972	-
TOTAL					22.972	-

BRADESCO MIRANTE ALM FI RF

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
12.636.386/0001-01	BRADESCO MIRANTE ALM FI RF	BRADESCO ASSET	138,6900	2.745.205	380.733	185.964
TOTAL					380.733	185.964

FI RF PREVISAO I

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
21.595.984/0001-70	FI RF PREVISAO I	BRADESCO	129,8239	1.494.167	193.979	178.980
TOTAL					193.979	178.980

FI RF PREVISÃO II

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
21.596.641/0001-20	FI RF PREVISAO II	SANTANDER	129,8688	1.494.018	194.027	178.985
TOTAL					194.027	178.985

FI RF ITAÚ VP PGA

CNPJ	Fundo	Gestor	Valor da Cota R\$	Quantidade de Cotas	2016	2015
23.732.198/0001-01	FI RF ITAU VP PGA	ITAÚ ASSET	809,3936	244.427	197.837	-
TOTAL					197.837	-

Demonstramos no quadro abaixo a comparação entre o valor de custo atualizado e valores de mercado para todos os títulos da carteira BD:

2016

Plano	Valor de Custo Atualizado	Valor de Mercado	Em R\$ mil
Títulos para negociação	136.191	136.200	136.200
CDBs, Debêntures, Letras Financeiras	3.088	3.097	3.097
Títulos Públicos	133.103	133.102	133.102
Títulos mantidos até o vencimento	244.454	251.293	244.454
Títulos Públicos - NTN - Bs	244.454	251.293	244.454
TOTAL	380.645	387.493	380.653

2015

Plano	Valor de Custo Atualizado	Valor de Mercado	Em R\$ mil
Títulos para negociação	132.187	128.731	132.196
CDBs, Debêntures, Letras Financeiras	2.914	2.923	2.923
Títulos Públicos	129.273	125.808	129.273
Títulos mantidos até o vencimento	229.301	204.200	229.301
Títulos Públicos - NTN - Bs	229.301	204.200	229.301
TOTAL	361.488	332.931	361.497

Abaixo, demonstramos à abertura por ativos da carteira Consolidada:

Carteira Consolidada - Fundos Exclusivos

Título	Natureza	2016	2015
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Pública - Federal	3.846.515	3.488.029
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Pública - Federal	17.223	12.298
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Pública - Federal	9.006	40.925
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Pública - Federal	49.625	601
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	Privada	80.970	92.776
Debêntures	Privada	208.667	183.123
Letras Financeiras - LF	Privada	107.120	137.325
Operações Compromissadas	Privada	633.144	624.294
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	Privada	214.561	199.530
Ações	Privada	328.128	177.836
Fundos Multimercado	Privada	56.796	-
Investimento no exterior	Privada	22.972	-
Outros (inclui derivativos)	Privada	11.090	20.965
Contas a pagar receber + Caixa	Privada	(1.385)	12.198
TOTAL		5.584.432	4.989.900

II) Utilização de Derivados

A Entidade faz uso de derivativos estritamente para proteção da sua carteira (hedge), de acordo com a sua Política de Investimentos. Em 31/12/2016 os fundos de investimentos nos quais a Entidade possui aplicações, mantinham em suas carteiras as seguintes posições de derivativos:

ATIVO	Valor em Exposição 2016	Valor em Exposição 2015	Vencimento 2015
FUT DI 1	-	(259)	jan/17
FUT DI 1	-	(279)	jan/21
FUT DI 1	-	(239)	jul/17
TOTAL	-	(777)	

c) Empréstimo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a carteira de empréstimo é assim demonstrada:

DESCRIÇÃO	Saldo Devedor	(PCLD)	2016	2015(*)
Visão Multi	917	(30)	887	555
Telefônica BD	1.033	(52)	981	1.104
TCO Prev	183	-	183	210
Visão Telefônica	54.316	(353)	53.963	55.889
PreVisão	1.167	-	1.167	1.368
TOTAL	57.616	(435)	57.181	59.126

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

d) Depósitos Judiciais/Recurais

PLANO	2015(*)	Atualização	2016
Telefônica BD	1.527	91	1.618
Visão Telefônica	33.337	2.004	35.341
TOTAL	34.864	2.095	36.959

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

NOTA 7 – ATIVO PERMANENTE

DESCRIÇÃO	2016						2015(*)
	Visão Multi	Telefônica BD	TCO Prev	Visão Telefônica	PreVisão	2016	
Imobilizado							
Bens Móveis	1	26	5	424	14	470	544
Custo	4	45	8	608	21	686	607
(-) Depreciação	(3)	(19)	(3)	(184)	(7)	(216)	(63)
Bens Imóveis⁽¹⁾	137	573	79	6.781	531	8.101	-
Edifícios	91	379	52	4.490	352	5.364	-
Terrenos	46	194	27	2.291	179	2.737	-
(-) Depreciação	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	2	1	37	1	41	75
Custo	-	3	1	59	1	64	239
(-) Depreciação	-	(1)	-	(22)	-	(23)	(164)
Diferido	-	-	-	-	-	-	26
Fomento	-	13	-	13	-	26	65
(-) Depreciação	-	(13)	-	(13)	-	(26)	(39)
TOTAL	138	601	85	7.242	546	8.612	645

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

(1) Em Dezembro de 2016 foi adquirido um imóvel para uso próprio da entidade.

NOTA 8 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

a) Gestão Previdencial

PLANO	2016						2015 (*)
	Benefícios a Pagar ⁽¹⁾	Benefícios Pendentes ⁽²⁾	Retenções a recolher	Outros Benefícios ⁽³⁾	Empréstimos descontados em folha de pagamento	TOTAL	
Visão Multi	176	-	63	-	-	239	161
Telefônica BD	11	162	255	16	-	444	711
TCO Prev	-	-	46	-	-	46	70
Visão Telefônica	3.859	-	4.980	33	71	8.943	4.204
PreVisão	-	-	456	3	-	459	436
TOTAL	4.046	162	5.800	52	71	10.131	5.582

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

(1) Folha de Benefícios que será paga em Janeiro/2017

(2) Refere-se a participantes cancelados que não foram localizados, do Plano PBS Telemig (incorporado em março/16).

(3) Valores pendentes referentes a participantes do acordo de expurgos inflacionários da Sintetel, R\$5; Levantamentos judiciais com participantes não identificados, R\$ 47.

b) Gestão Administrativa

PLANO	2016			2015 (*)
	Despesas a pagar	Retenções a recolher	TOTAL	
Visão Multi	309	5	314	284
Telefônica BD	430	27	457	321
TCO Prev	29	3	32	39
Visão Telefônica	3.815	277	4.092	3.887
Pre Visão	278	24	302	116
TOTAL	4.861	336	5.197	4.647

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

c) Investimento

PLANO	2016			2015 (*)
	Empréstimos a pagar	IOF sobre empréstimos	TOTAL	
Visão Telefônica	35	23	58	18
TOTAL	35	23	58	18

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

NOTA 9 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

a) Gestão Previdencial

Plano	2015(*)	Atualização	Constituição	(Reversão)	2016
Telefônica BD (1)	35.917	4.613	5.973	(19.184)	27.319
TCO Prev (2)	276	21	11	(5)	303
Visão Telefônica	447	-	-	(447)	-
TOTAL	36.640	4.634	5.984	(19.636)	27.622

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

(1) A Fundação Sistel é parte na ação judicial nº 2004.01.1.038172-2 e execução provisória nº 2011.01.1.093149-9 movida pelo SINTETEL/SP - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas do Estado de SP, contudo, por se tratar de ex-Participantes vinculados aos planos transferidos para a administração da Visão Prev, esta obrigação é de responsabilidade da Entidade. A ação foi distribuída em 2004 e após o esgotamento dos recursos cabíveis, foi iniciada a fase de execução. Em razão disso foi firmado acordo procedimental junto ao SINTETEL/SP para pagamento dos expurgos inflacionários. No acordo judicial estão inseridos os requisitos para que um ex- Participante seja englobado pelo acordo. Após filtragem da lista do Sindicato, identificamos que 2060 pessoas estão englobadas pelo acordo.

No ano de 2016 foi realizada a reversão do excesso de provisão dos Expurgos Inflacionários (Contingencial Previdencial) para o PGA (Plano de Gestão Administrativa) no valor de R\$ 3.992

O montante de R\$ 1.178, refere-se aos cálculos de condenação apresentados nos autos da ação nº 200711500779, em trâmite perante a 15ª Vara Cível da Comarca de Aracajú-SE.

(2) Refere-se a ações judiciais de natureza cíveis movidas por participantes com objeto de cobrança, e prestação de documentos.

b) Gestão Administrativa

Plano	Processos Administrativos						2016	2015(*)
	Visão Multi	Telefônica BD	TCO Prev	Visão Telefônica	PreVisão			
PIS - SISTEL (1)	-	287	11	251	-	549	527	
PIS/COFINS (2)	303	2.588	179	22.587	259	25.916	20.729	
Multas e Encargos sobre PIS/COFINS (3)	-	1	-	248	-	249	249	
Outros Litígios Administrativos (4)	-	9	4	2	-	15	17	
Autuação e Fiscalização de PIS/COFINS	-	636	-	38	-	674	608	
TOTAL	303	3.521	194	23.126	259	27.403	22.130	

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

(1) A Receita Federal questiona administrativa e judicialmente a SISTEL sobre o valor, referente à correta base de cálculo na apuração de PIS - no período de janeiro de 1995 a março de 2001.

(2) No exercício de 2006 a Entidade impetrou mandado de segurança objetivando demonstrar que não se enquadra na hipótese de incidência do PIS e da COFINS.

(3) Refere-se a multa e encargo legal decorrente de duas inscrições em dívida ativa objetivando a cobrança de valores já recolhidos relativamente à execução fiscal n.º 0011792-87.2012.4.03.6182.

(4) Refere-se à ações judiciais de natureza cível, que estão aguardando julgamento.

(5) Refere-se à fiscalização na Fundação Sistel, formalizada pelo Mandado de Procedimento Fiscal nº 0110100.2013.00005 de 03.12.2013, onde o órgão fiscalizador, formalizou que teriam sido constatadas supostas irregularidades correspondentes à falta de recolhimento de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, relativamente aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009.

c) Investimentos

Processos de Ações Tributárias

Plano	Telefônica BD	TCO Prev	Visão Telefônica	2016	2015 ^(*)
IR 94 ⁽¹⁾	667	181	8.392	9.240	8.918
IRPJ/IOF ⁽¹⁾	7	2	92	101	97
CPMF - 2016 ⁽²⁾	1.616	-	35.341	36.957	34.861
IOF - 2016 ⁽³⁾	2	-	-	2	2
TOTAL	2.292	183	43.825	46.300	43.878

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

(1) A SISTEL foi autuada pela Receita Federal por suposta ausência de recolhimento de IRPJ e IOF dos anos de 1994 e 1999. O processo se transformou em execução fiscal, sendo que na defesa foi alegado que a SISTEL aderiu ao RET (anistia fiscal) MP 2222/2001 tendo sido cancelado débito de multa e juros, que não foram identificados pela Receita Federal. Alega haver divergência quanto a base de cálculo do IR e IOF sobre rendimentos e resgate de aplicações, há também erro de fato no preenchimento de DCTF que ocasionou no indeferimento de compensações.

(2) Refere-se à discussão judicial sobre incidência de CPMF na operação de transferência de ativos financeiros decorrentes da transferência dos planos, sobre o qual foi realizado um depósito judicial no mesmo valor, financiado pela Telefônica Brasil S/A e T-Gestiona. O valor será convertido ao Fisco, sem maiores ônus para as partes, em caso de trânsito em julgado de decisão negativa à tese de não incidência da CPMF na operação, e por outro lado o montante será prontamente devolvido às Patrocinadoras que realizarem o depósito, obedecida a proporcionalidade de distribuição dos valores indicados por empresa conforme termo formado entre as partes em 23/03/2005.

(3) Referente à parcela do Plano PBS Telemig na condenação em honorários advocatícios sofrida pela Fundação Sistel na ação de repetição de indébito (Processo nº 91.00.02334-5), onde a mesma buscou se eximir do recolhimento de IOF sobre aplicações financeiras das reservas técnicas do então plano único (o PBS). O percentual da sucumbência (se 1% ou 10%) ainda está sendo discutido nos autos dos embargos à execução nº 2003.34.00.025642-0.

NOTA 10 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requerido, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

I. Provisões de benefícios concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

II. Provisões de benefícios a conceder – Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

III. Provisões matemáticas a constituir – Correspondem ao valor do contrato de equacionamento de déficit, firmado junto ao patrocinador, atualizado na data do balanço.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas de 2016 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS E ECONÔMICAS - 2016

PLANO	Taxa Real Anual de Juros	Taxa de Crescimento Real de Salário	Tábua de Mortalidade Geral	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Fator de Capacidade dos Salários	Fator de Capacidade dos Benefícios	Rotatividade	Método Atuarial
Visão Multi	4,32%	1,61%	AT-2000 ⁽¹⁾	-	LIGHT FRACA ⁽⁴⁾	98%	-	EXPERIÊNCIA VISÃO 2008-2011	Financeiro/Crédito Unitário Projetado ⁽⁷⁾
Telefônica BD ⁽⁵⁾	4,35%	1,61%	AT-2000 ⁽²⁾	RP-2000 ⁽³⁾	MERCER DISABILITY	98%	98%	-	Agregado
TCO Prev ⁽⁶⁾	4,35%	1,61%	AT-2000 ⁽²⁾	RP-2000 ⁽³⁾	MERCER DISABILITY	98%	98%	-	Agregado / Financeiro
Visão Telefônica	4,32%	1,61%	AT-2000 ⁽¹⁾	-	LIGHT FRACA ⁽⁴⁾	98%	-	EXPERIÊNCIA VISÃO 2008-2011	Financeiro/Crédito Unitário Projetado ⁽⁷⁾

(1) Suavizada em 50% e segregadas por sexo. As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pelo SOA - "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA - Instituto Brasileiro de atuária.

(2) Suavizada em 10% e segregadas por sexo. As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pelo SOA - "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA - Instituto Brasileiro de atuária.

(3) A tábua de mortalidade de inválidos adotada é RP - 2000 disabled Feminina suavizada em 40%;

(4) A tábua de Entrada em Invalidez adotada é Light Fraca suavizada em 30%;

(5) Em abril de 2016, foi feita uma Avaliação Atuarial Extraordinária para alteração da taxa real anual de juros de 5,0% a.a para 4,0% a.a; A tábua de Morbidez é Experiência Towers Watson.

(6) Em abril de 2016, as hipóteses foram alertadas na Avaliação Atuarial Extraordinária.

(7) Considera-se o método de Crédito Unitário Projetado (PUC) para os benefícios de Risco.

As premissas adotadas na avaliação atuarial anual são aquelas consideradas como aderentes a massa de participantes, conforme estudos de aderência: premissas biométricas, econômicas e demográficas elaboradas por consultoria atuarial externa e independente.

As premissas atuariais não se aplicam ao plano PreVisão dada a característica de plano de contribuição definida (CD puro).

c) Evolução

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2015 (*)	Constituição/ (Reversão) Líquida	Saldos em 31/12/2016
Benefícios Concedidos	2.836.869	358.647	3.195.516
Visão Multi	5.693	1.839	7.532
Telefônica BD	245.468	41.763	287.231
TCO Prev	32.601	1.866	34.467
Visão Telefônica	2.181.952	290.177	2.472.129
PreVisão	371.155	23.002	394.157
Benefícios a Conceder	1.847.482	227.967	2.075.449
Visão Multi	48.162	35.264	83.426
Telefônica BD	15.528	1.151	16.679
TCO Prev	6.024	(1.764)	4.260
Visão Telefônica	1.777.768	193.316	1.971.084
TOTAL	4.684.351	586.614	5.270.965

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

NOTA 11 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

a) Apuração do Resultado do Exercício

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação no exercício foi a seguinte:

Plano	2015 (*)	Superavit/(Déficit) do Exercício	2016
Visão Multi	313	(313)	-
Telefônica BD	69.794	(7.727)	62.067
TCO Prev	6.263	7.370	13.633
Visão Telefônica	4.895	(509)	4.386
TOTAL	81.265	(1.179)	80.086

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

b) Equilíbrio Técnico Ajustado

A partir do exercício de 2015, a Entidade passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico do plano de benefício.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duração do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Os cálculos do limite da reserva de contingência dos planos foram as seguintes:

DESCRIÇÃO	2016			
	Visão Multi	Telefônica BD	TCO Prev	Visão Telefônica
Saldo de Provisões Matemáticas (a) ⁽¹⁾	1.163	303.124	27.224	26.183
Cálculo do limite da Reserva de Contingência				
Duração do Passivo do Plano acrescido de 10 pontos (b)	19,04%	21,83%	21,91%	16,75%
Limite do Superávit Técnico calculado pelo fator (a*b)	221	66.172	5.965	4.386

(1) considera-se os saldos das parcelas de Benefícios Definidos (BD)

O valor de ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos

Uma vez que não há títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento nos Planos: Visão Multi, TCO Prev e Visão Telefônica, o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº. 26/2008 não é aplicável. Devido ser da modalidade de Contribuição Definida (CD puro), não é necessário fazer o ajuste de precificação para o plano Previsão.

Considerando que o plano Telefônica BD apurou Superávit Técnico Acumulado inferior ao limite, portanto, não constituindo Reserva Especial, e conforme Resolução CGPC 26/08 e alterações posteriores, o ajuste de precificação não se aplica a este plano. Caso fosse considerado, o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado seria na ordem de:

EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	Telefônica BD
a) Equilíbrio Técnico Contábil	62.067
b) (+/-) Ajuste de Precificação (*)	43.734
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (= a+b)	105.801

(*) Corresponde a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e valor contábil desses títulos.

Em março de 2016, ocorreu a incorporação do plano PBS Telemig Celular para o Plano Telefônica BD. A incorporação gerou variações financeiras consideráveis no plano Telefônica BD, comparando 2015 com 2016, aumentando seu Patrimônio e não afetando a situação atuarial do plano incorporador que continua superavitário. No momento da incorporação a reserva de contingência do plano continuou 5,86% das Provisões Matemáticas para os benefícios classificados como "Benefício Definido" do Plano Telefônica BD. Vale destacar também a variação que a incorporação provocou no ajuste de precificação, comparando 2016 com 2015.

As incorporações geraram variações financeiras consideráveis para o plano Visão Telefônica e Visão Multi, comparando 2016 com 2015, aumentando seu patrimônio e responsabilidades, porém a situação atuarial do Plano Visão Telefônica não foi afetada e a reserva de contingência do plano permaneceu em seu limite máximo, enquanto que o Plano Visão Multi passou de uma situação atuarial superavitária para equilíbrio atuarial.

A situação atuarial do Plano Visão Multi alterou devido ao movimento grande de entrada de novos participantes no Plano Visão Multi, aumentando as provisões dos benefícios de risco a conceder acima do esperado na Avaliação Atuarial de 2016, importante destacar que o custeio dos benefícios de Risco é feito pela Patrocinadora e Participantes Autopatrocinados.

NOTA 12 – FUNDOS**a) Fundos Previdenciais**

Composto pelas seguintes contas coletivas: Fundos de Sobras e Fundo Revisão de Plano.

I. Fundo de Sobras:

Composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Anualmente, o fundo de sobras será utilizado para reduzir as Contribuições futuras da Patrocinadora, ou poderá ter outra destinação, observada a legislação vigente, desde que previamente aprovada pelo Conselho Deliberativo.

O fundo reversão de saldo por Exigência Regulamentar (Fundo de Oscilação de Risco - FOR), previsto no artigo 55 do regulamento do TCOPREV plano de contribuição variável, é constituído pela parcela da conta de participante não utilizada no cálculo dos benefícios e institutos, ou seja, os valores oriundos de contribuições das patrocinadoras.

II. Fundo de Revisão de Plano:

Para o Fundo de Revisão de Plano, aplica-se a prerrogativa constante do artigo 12 da Resolução CGPC nº. 26, de 29 de setembro de 2008, possibilitando a revisão voluntária do plano com os recursos oriundos da referida conta, através da reversão dos valores para a conta de Fundo Revisão de Plano.

Os critérios para rateio destes recursos, bem como formas e prazos para sua utilização foram definidos pela Entidade, com base em decisão do Conselho Deliberativo amparada no artigo 20 da Resolução CGPC nº 26/2008.

b) Fundos Administrativos

Constituídos com recursos das patrocinadoras excedentes às despesas administrativas dos planos, destinando-se ao custeio das despesas previdenciais da Gestão Administrativa. A Entidade deve obrigatoriamente possuir recursos nesta conta, no mínimo, equivalentes ao saldo registrado no Ativo Permanente.

c) Fundos dos Investimentos

Composto pelos fundos de garantia de empréstimos, que representam a cobertura para possíveis perdas por morte dos mutuários com empréstimos, concedidos aos participantes da Entidade inscritos nos planos de benefícios, que possuam saldo devedor de empréstimo em andamento.

DESCRIÇÃO	2015(*)	Remuneração	Constituição	(Reversão)	2016
Fundos Previdenciais	47.866	3.464	91.904	(95.685)	47.549
Visão Multi	867	103	1.466	(1.094)	1.342
Telefônica BD	5.406	851	59.177	(65.434)	-
TCO Prev	1.063	242	1.270	(1.241)	1.334
Visão Telefônica	40.530	2.268	29.991	(27.916)	44.873
Fundos Administrativos	166.963	51.242	11.320	(26.678)	202.847
Visão Multi	1.178	435	750	(606)	1.757
Telefônica BD	18.971	6.150	4.549	(2.384)	27.286
TCO Prev	204	53	139	(234)	162
Visão Telefônica	132.918	40.465	5.846	(21.555)	157.674
PreVisão	13.692	4.139	36	(1.899)	15.968
Fundos dos Investimentos⁽¹⁾	27.188	3.089	180	(19.766)	10.691
Visão Multi	9	-	6	(11)	4
Telefônica BD	1.748	190	8	(1.285)	661
TCO Prev	395	81	1	(321)	156
Visão Telefônica	24.273	2.717	159	(17.578)	9.571
PreVisão	763	101	6	(571)	299
TOTAL	242.017	57.795	103.404	(142.129)	261.087

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

(1) Conforme análise sobre o montante de recursos referentes a Quota de Quitação por Morte (QQM) e a efetiva necessidade de sua cobertura, em 05 de dezembro de 2016, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, a reversão de 2/3 para as rentabilidade dos planos, conforme quadro a seguir:

PLANO	2/3 QQM
Visão Multi	3.997
Telefônica BD	1.316
TCO Prev	322
Visão Telefônica	14.346
PreVisão	571
TOTAL	20.552

NOTA 13 – PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas são com a Telefônica Brasil S/A as quais caracterizam-se basicamente por:

Renda Fixa

DESCRIÇÃO	Taxa	Vencimento	2016	% Patrimônio	2015	% Patrimônio
Debêntures	CDI+0,86% a.a.	25/04/2018	2.711	0,05%	2.697	0,05%
TELEF BR			2.711	0,05%	2.697	0,05%
FIDC		02/01/2016	157.815	2,83%	165.028	0,03%
FOR-TE-FIDC			167.725	2,87%	167.725	0,08%

Renda Variável

DESCRIÇÃO	Código	Quantidade	2016	% Patrimônio	2015	% Patrimônio
Ações	VIVT4	105.085				
Telefônica Brasil PN			4.631	0,08%	11.559	0,23%
			4.631	0,08%	11.559	0,23%

NOTA 14 – COMPOSIÇÃO DAS ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DESCRIÇÃO	2016	2015(*)
Participação no Plano de Gestão Administrativa	202.847	166.963
Visão Multi	1.757	1.178
Telefônica BD	27.286	18.970
TCO Prev	162	204
Visão Telefônica	157.674	132.919
PreVisão	15.968	13.692
Participação no Fundo Administrativo PGA	202.847	166.963
Visão Multi	1.757	1.178
Telefônica BD	27.286	18.970
TCO Prev	162	204
Visão Telefônica	157.674	132.919
PreVisão	15.968	13.692
Outros Realizáveis ⁽¹⁾	1.691	1.482
Visão Telefônica	737	1.482
PreVisão	954	-
Outras Exigibilidades ⁽¹⁾	1.691	1.482
Telefônica BD	377	-
TCO Prev	-	1.117
Visão Telefônica	1.314	292
PreVisão	-	73

(*) Para fins de comparabilidade, considera-se o saldo do plano em 2015, conforme Nota 2.

(1) Refere-se aos valores das carteiras que deverão ser repassados entre os planos.

NOTA 15 – REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Abaixo demonstramos os custos com a remuneração total atribuída a folha de funcionários da entidade:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Pessoal e Encargos	10.892	10.316
Conselheiros	522	470
Dirigentes	1.996	1.630
Pessoal Próprio	3.666	3.804
Estagiários	117	91
Encargos Diversos (FGTS e INSS Empregador)	2.243	1.988
Provisões (Férias, 13º e PLR)	2.348	2.333

NOTA 16 – SERVIÇOS DE TERCEIROS

Abaixo demonstramos os custos com serviços de terceiros da entidade:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Serviços de Terceiros	4.171	4.370
Consultoria Atuarial	290	752
Consultoria Jurídica	248	610
Recursos Humanos	199	158
Gestão/Planejamento Estratégico ⁽¹⁾	2.935	2.446
Administração de Investimentos	313	148
Auditoria Contábil	104	129
Auditoria de Investimentos	82	127

(1) Os registros apresentados na despesa de gestão planejamento estratégico são relativos a contratações de serviços sistêmicos e licença de software.

NOTA 17 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

As OFND's eram Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento adquiridas compulsoriamente por entidades de previdência complementar que tivessem como patrocinadoras empresas públicas. Em razão do Decreto-Lei n.º 2.288/86 essa entidade, no caso a SISTEL, era obrigada a adquirir o equivalente a 30% de suas reservas técnicas em OFND'S. Por conta disso, a ABRAPP ajuizou ação judicial em 1991 e obteve êxito nessa discussão contra a União Federal cuja decisão transitada em julgado determinou que as OFND's fossem atualizadas pelo IPC ao invés do BTN, desde abril de 1990 até fevereiro de 1991. Apesar da Visão Prev não ter adquirido OFND's, os Planos transferidos pela SISTEL também possuíam esses ativos. Em razão disso, em caso de recebimento desses valores, deverá ser apurado qual o valor devido à Visão Prev (contingência ativa). Vale esclarecer que a SISTEL e a Visão Prev não contabilizaram os valores a receber referentes à essa ação judicial.

Paula Bragança França Mansur
Presidente
 CPF: 706.845.958-87

Marcelo Domingos Pezzutto
Vice Presidente
 CPF: 159.969.128-05

Reginaldo José Camilo
Contador
 CRC: 1SP 114.497/O-9
 CPF: 859.338.648-20